



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Agravo de Instrumento Processo nº 2022916-62.2021.8.26.0000

Relator(a): **A.C.MATHIAS COLTRO**

Órgão Julgador: **5ª Câmara de Direito Privado**

(44824)

Vistos

- 1.- Processe-se.
 - 2.- **Por presentes os requisitos a tanto necessários, fica deferida a alvitrada antecipação de tutela recursal, tal qual postulada, inclusive no tocante ao valor e periodicidade das astreintes, máxime em se considerando que, ao menos numa análise perfunctória, a remoção das contas da agravante na plataforma YouTube se mostra desproporcional, violando a garantia constitucional da liberdade de expressão e de informação. Não se olvide, ainda, que a jurisprudência do Excelso Pretório reconhece a primazia da liberdade de expressão (v.g. ADI 2566 / DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes). De se ressaltar, também, que segundo o afirmado pela autora, trata-se de canal estabelecido, na dita plataforma digital, há 06 anos, com mais de 01 milhão de inscritos e 8.000 membros assinantes, além de contar com uma equipe de 50 funcionários e ter inúmeras despesas para sua manutenção, de forma que a simples exclusão das contas se revela medida por demais drástica. Observe-se, por fim, que não há dano nenhum à recorrida, dada a reversibilidade dos efeitos desta decisão.**
 3. – Intime-se **pessoalmente** a parte adversa para, no prazo legal e querendo, apresentar a contraminuta.
 4. – Ademais, ficam as partes intimadas para se manifestar acerca de eventual oposição ao julgamento virtual, nos termos do art. 1º da Resolução 549/2011, com redação estabelecida pela Resolução 772/2017, ambas do Órgão Especial deste Tribunal.
 5. - Após, tornem cls..
- Int.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

A.C.MATHIAS COLTRO
Relator